

No. 36809

**Brazil
and
Panama**

Agreement on the mutual abolition of visas on diplomatic, consular, official and special or equivalent passports between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Panama. Brasília, 10 April 2000

Entry into force: *10 May 2000, in accordance with its provisions*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 25 July 2000*

**Brésil
et
Panama**

Accord relatif à la suppression réciproque de visas dans les passeports diplomatiques, consulaires, officiels et spéciaux ou équivalents entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Panama. Brasília, 10 avril 2000

Entrée en vigueur : *10 mai 2000, conformément à ses dispositions*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 25 juillet 2000*

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

Exchange of Notes -- Échange de notes

I

República de Panamá
Panamá, R. de P.

Ministerio de Relaciones Exteriores
Despacho del Ministro
D. M. No.

Señor Ministro:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia, en ocasión de hacer de su conocimiento, que el Gobierno de la República de Panamá, animado por el deseo de facilitar los viajes de los funcionarios de ambos países, está dispuesto a celebrar un Acuerdo para la supresión de visas en los pasaportes diplomáticos, consulares, oficiales, y especiales o equivalentes, con el Ilustrado Gobierno de la República Federativa de Brasil, en los siguientes términos.

1. Los nacionales de la República de Panamá y de la República Federativa de Brasil, titulares de pasaportes diplomáticos, consulares, oficiales y especiales o equivalentes vigentes, asignados a prestar servicios en sus respectivas Misiones Diplomáticas o Representaciones Consulares, así como los miembros de sus familias que formen parte de su casa, podrán ingresar, permanecer y abandonar el territorio brasileño y panameño, respectivamente, sin necesidad de cumplir el requisito de visado, durante el periodo que dure su misión.
2. Los nacionales de la República de Panamá y de la República Federativa de Brasil, titulares de pasaportes diplomáticos, consulares, oficiales y especiales o equivalentes vigentes, no acreditados en el otro país, estarán exentos de visa, ya sea en tránsito o para entrar libremente al territorio brasileño y panameño, y permanecer en él por un plazo que no exceda de noventa (90) días, a partir de la fecha de su entrada.
3. Las personas beneficiadas con el presente Acuerdo, estarán sometidas a las leyes y reglamentos vigente en el Estado receptor, referentes a la entrada, permanencia y salida de extranjeros.
4. Cada una de ...

A Su Excelencia
LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Relaciones Exteriores
República Federativa de Brasil

5. Cada una de las Partes podrá aplicar limitaciones o temporalmente la vigencia de este Acuerdo o alguna de sus cláusulas caso de que las medidas correspondientes sean necesarias para el orden público, la seguridad o para proteger la salud pública. La adopción de dichas medidas, así como la suspensión de las mismas, deberá ser comunicadas a la brevedad posible a la otra Parte diplomática.
6. Las autoridades competentes de ambas Partes intercambiarán por vía diplomática las muestras de los documentos de viaje, mencionados en el presente Acuerdo. Cualquier cambio en los documentos de viaje mencionado, deberá ser comunicado a la brevedad posible a la otra Parte, y se deberá presentar al mismo tiempo, muestras de los nuevos documentos.
7. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo con un aviso previo de seis (6) meses, por la vía diplomática.

Si las disposiciones que anteceden son aceptables para el Gobierno de la República Federativa de Brasil, tengo el honor de proponer en la presente Nota y la respuesta de Vuestra Excelencia, en la que se manifiesta la conformidad de su Gobierno, constituyan un Acuerdo entre nuestro Gobierno sobre la materia, que entrará en vigor treinta (30) días a partir de la fecha de Vuestra Nota.

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Vuestra Excelencia mis seguridades de mi más alta y distinguida consideración.


JOSE MIGUEL ALEMAN
Ministro de Relaciones Exteriores

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

II

DIM/DAI/DCS/ O / PAIN BRAS PANA

Brasília, 10 de abril de 2000.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento da Nota de Vossa Excelência, com data de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

“Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para levar a seu conhecimento que o Governo da República do Panamá, animado pelo desejo de facilitar as viagens dos funcionários de ambos os países, está disposto a celebrar um Acordo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos, consulares, oficiais e especiais ou equivalentes, com o ilustre Governo da República Federativa do Brasil, nos seguintes termos:

1. Os nacionais da República do Panamá e da República Federativa do Brasil, titulares de passaportes diplomáticos, consulares, oficiais e especiais ou equivalentes vigentes, designados para prestar serviços em suas respectivas Missões Diplomáticas ou Representações Consulares, assim como os membros de suas famílias que com eles residam, poderão entrar, permanecer e sair dos territórios brasileiro e panamenho, respectivamente, sem a necessidade de obtenção de visto durante o período de sua missão.

A Sua Excelência o Senhor
José Miguel Alemán
Ministro de Relações Exteriores da
República do Panamá

2. Os nacionais da República do Panamá e da República Federativa do Brasil, titulares de passaportes diplomáticos, consulares, oficiais e especiais ou equivalentes vigentes, não acreditados no outro país, estarão isentos de visto, para trânsito ou para entrar livremente no território brasileiro e panamenho e nele permanecer por um prazo que não exceda noventa (90) dias, a partir da data de sua entrada.

3. As pessoas beneficiadas pelo presente Acordo estarão sujeitas às leis e aos regulamentos vigentes no Estado receptor, referentes a entrada, permanência e saída de estrangeiros.

4. Cada uma das Partes poderá aplicar limitações ou suspender temporariamente a vigência deste Acordo ou alguma de suas cláusulas caso as medidas correspondentes sejam necessárias para manter a ordem pública, a segurança ou para proteger a saúde pública. A adoção de tais medidas, assim como a suspensão das mesmas, deverá ser comunicada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

5. As autoridades competentes de ambas as Partes intercambiarão, por via diplomática, espécimes dos documentos de viagem mencionados no presente Acordo.

Qualquer modificação nos mencionados documentos de viagem deverá ser comunicada, com a brevidade possível, à outra Parte, devendo ser enviados, ao mesmo tempo, espécimes dos novos documentos.

6. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante aviso prévio de 6 (seis) meses, por via diplomática.

Se as disposições acima forem aceitáveis para o Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de propor que a presente Nota e a resposta de Vossa Excelência, em que conste a concordância de seu Governo, constituam um Acordo entre os nossos dois Governos sobre a matéria, que entrará em vigor 30 (trinta) dias depois da data da Nota de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para reiterar à Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração”.

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que as propostas acima são aceitáveis para o Governo da República Federativa do Brasil, o qual concorda que a Nota de Vossa Excelência juntamente com a presente resposta constituam um Acordo de isenção de vistos em passaportes diplomáticos, consulares, oficiais e especiais ou equivalentes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[TRANSLATION - TRADUCTION]

EXCHANGE OF NOTES

I

REPUBLIC OF PANAMA

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS

OFFICE OF THE MINISTER

10 April 2000

Sir,

I have the honour to inform you that the Government of the Republic of Panama, desiring to facilitate travel by officials of the two countries, is prepared to conclude an Agreement with the Government of the Federative Republic of Brazil on the abolition of visas in diplomatic, consular, official and special passports or their equivalent, as follows:

1. Nationals of the Republic of Panama and the Federative Republic of Brazil holding valid diplomatic, consular, official and special passports or their equivalent and assigned to serve in their country's diplomatic mission or consular representation, as well as family members forming part of their household, may, for the duration of their mission, enter, stay in and leave Brazilian and Panamanian territory, respectively, without having to obtain a visa.

2. Nationals of the Republic of Panama and the Federative Republic of Brazil holding valid diplomatic, consular, official and special passports or their equivalent and not accredited to the other country shall be exempt from obtaining a visa in order to transit through Brazilian or Panamanian territory, respectively, or in order to enter that territory freely and stay there for a period not exceeding ninety (90) days from their date of entry.

3. Persons benefiting from this Agreement shall be subject to the laws and regulations in force in the receiving State with respect to the entry, stay and departure of aliens.

4. Either Party may temporarily restrict or suspend the application of this Agreement or any of its clauses if such measures are necessary to preserve public order or security or to protect public health. The adoption of such measures, and the lifting thereof, shall be communicated to the other Party as soon as possible through the diplomatic channel.

5. The competent authorities of the two Parties shall exchange through the diplomatic channel samples of the travel documents mentioned in this Agreement. Any change in the above-mentioned travel documents shall be communicated to the other Party as soon as possible, accompanied by samples of the new documents.

6. Either Party may denounce this Agreement by giving six (6) months' advance notice through the diplomatic channel.

If the foregoing provisions are acceptable to the Government of the Federative Republic of Brazil, I have the honour to propose that this Note and your Note in reply shall constitute an Agreement between our two Governments on this matter, to enter into force thirty (30) days after the date of your Note.

Accept, Sir, etc.

JOSÉ MIGUEL ALEMAN
Minister for Foreign Affairs

His Excellency
Mr. Luiz Felipe Lampreia
Minister for Foreign Affairs
Federative Republic of Brazil

II

DIM/DAI/DCS/01/PAID BRAS PANA

Brasilia, 10 April 2000

Sir,

I have the honour to acknowledge receipt of your Note of today's date, which reads as follows:

[See Note I]

I have the honour to inform you that the above proposals are acceptable to the Government of the Federative Republic of Brazil, which agrees that your Note and this Note in reply shall constitute an Agreement on the abolition of visas in diplomatic, consular, official and special passports or their equivalent.

Accept, sir, etc.

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

His Excellency
Mr. José Miguel Alemán
Minister for Foreign Affairs
of the Republic of Panama

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ÉCHANGE DE NOTES

I

RÉPUBLIQUE DU PANAMA

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

CABINET DU MINISTRE

Le 10 avril 2000

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de vous informer que le Gouvernement de la République du Panama, désireux de faciliter les déplacements des fonctionnaires des deux pays, est disposé à conclure avec le Gouvernement de la République fédérative du Brésil un accord relatif à l'abolition des visas dans les passeports diplomatiques, consulaires, officiels ou spéciaux, ou leurs équivalents, qui se lira ainsi :

1. Les ressortissants de la République du Panama et les ressortissants de la République fédérative du Brésil titulaires d'un passeport diplomatique, consulaire, officiel ou spécial, ou son équivalent, en cours de validité, et affectés à la mission diplomatique ou au bureau consulaire de leur pays, ainsi que les membres de leur famille faisant partie de leur ménage, peuvent, pendant la durée de leur mission, entrer sur les territoires brésilien ou panaméen, respectivement, y séjourner et en sortir sans être tenus d'obtenir un visa.

2. Les ressortissants de la République du Panama et les ressortissants de la République fédérative du Brésil titulaires d'un passeport diplomatique, consulaire, officiel ou spécial, ou de son équivalent, en cours de validité, qui ne sont pas accrédités auprès de l'autre pays, sont dispensés de l'obligation d'obtenir un visa pour transiter par le territoire brésilien ou panaméen, respectivement, ou pour entrer sur ce territoire et y séjourner pendant une période ne dépassant pas quatre-vingt-dix (90) jours à compter de la date d'entrée.

3. Les personnes auxquelles s'adresse le présent Accord sont soumises à la législation et à la réglementation en vigueur dans l'État d'accueil en ce qui concerne l'entrée, le séjour et le départ des étrangers.

4. L'une ou l'autre Partie peut temporairement limiter ou suspendre l'application du présent Accord ou de l'une quelconque de ses dispositions si de telles mesures s'avèrent nécessaires pour préserver l'ordre public et la sécurité nationale, ou pour protéger la santé de la population. L'autre Partie est informée sans tarder de l'adoption et de la levée des mesures par la voie diplomatique.

5. Les autorités compétentes des deux Parties échangent par la voie diplomatique des échantillons des titres de voyage visés dans le présent Accord. Toute modification de ces

titres de voyage par une Partie est communiquée sans tarder à l'autre Partie, à qui seront fournis des échantillons des nouveaux documents.

6. L'une ou l'autre Partie pourra dénoncer le présent Accord moyennant un préavis de six (6) mois transmis par la voie diplomatique.

Si les dispositions qui précèdent rencontrent l'agrément du Gouvernement de la République fédérative du Brésil, j'ai l'honneur de proposer que la présente note et votre note en réponse constituent un accord entre nos deux gouvernements relatif à la suppression des visas dans les passeports diplomatiques, consulaires, officiels ou spéciaux, ou leurs équivalents. Ledit Accord entrera en vigueur trente (30) jours suivant la date de votre réponse.

Veillez agréer, etc.

Le Ministre des affaires étrangères,
JOSÉ MIGUEL ALEMAN

Son Excellence
Monsieur Luiz Felipe Lampreia
Ministre des affaires étrangères
République fédérative du Brésil

II

DIM/DAI/DCS/01/PAID BRAS PANA

Brasilia, le 10 avril 2000

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur d'accuser réception de votre note de ce jour, dont la teneur est la suivante :

[Voir note I]

J'ai l'honneur de vous informer que les propositions qui précèdent rencontrent l'agrément du Gouvernement de la République fédérative du Brésil, qui convient que votre note et la présente note en réponse constituent un accord relatif à la suppression des visas dans les passeports diplomatiques, consulaires, officiels ou spéciaux, ou leurs équivalents.

Veillez agréer, etc.

Le Ministre des affaires étrangères,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Son Excellence
Monsieur José Miguel Aleman
Ministre des affaires étrangères de la République du Panama